

Universidade de Brasília – UnB
IPOL – Instituto de Ciência Política

Arthur Machado Braga

**OS INDICADORES DA HOMOFOBIA – ANÁLISE
QUANTITATIVA**

Brasília

2018

Arthur Machado Braga

**OS INDICADORES DA HOMOFOBIA – ANÁLISE
QUANTITATIVA**

Monografia apresentada junto ao curso de
Ciência Política da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Mathieu Turgeon.

Brasília

2018

Reprodução parcial permitida desde que citada a fonte.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer especialmente Rafaela Xavier, por sempre estar do meu lado e me compreender, mesmo nos momentos mais difíceis. Também gostaria de agradecer o apoio inesgotável da minha mãe, Ana Maria, que sempre incentivou os meus estudos. Por último, mas não menos importante, quero agradecer ao meu orientador, Mathieu Turgeon, que acreditou em mim e se tornou fundamental para a realização deste trabalho.

Abstract

The purpose of this study was to analyze what could cause homophobic behavior on modern societies. We used the study from Takács e Szalma (2011) for guidance and to verify if their findings would still make sense on a larger scale. Additionally, we have tried to add more variables in order to better understand the phenomena.

We used data from Pew Research Institute about the morality of homosexuality across 39 countries. Our methodology was based on seven parameters, each from different independent and reliable sources. Our initial thoughts were that all seven had their own reason to explain the phenomena. We also believed that the study from Takács e Szalma would be confirmed because we have found many different confirmations on the literature.

Our findings have confirmed their study and added a new parameter to it. To analyze our data we have used bivariate hypothesis tests recommended by Kellstedt and Whitten. As result, we have found the parameters Political Freedom Index by Fraser Institute and GDP per capita to be of great value to explain homophobic behavior and we believe they should be used in future studies. At the end, we also encourage political movements that fight for LGBT rights to not neglect the power that legislation has over homophobia.

Key Words: Homophobia indicators. Cross-country analysis. Bivariate hypothesis test

Resumo

O propósito deste estudo foi de analisar o que poderia causar comportamento homofóbico em sociedades modernas. Nós utilizamos o estudo de Takács e Szalma (2011) como guia e para verificar se os resultados que elas encontraram poderiam ser replicados para uma escala maior. Além disso, tentamos inserir outras variáveis que pudessem contribuir para compreendermos melhor o fenômeno.

Nós utilizamos a base de dados do Instituto *Pew Research* sobre a moralidade da homossexualidade, cobrindo 39 países. Nossa metodologia foi baseada em sete parâmetros, cada um com fontes confiáveis, diferentes e independentes. Nossos pensamentos iniciais foram que cada um desses indicadores teria sua própria razão em explicar o fenômeno. Também acreditávamos que o estudo de Takács e Szalma seria confirmado porque encontramos muitos estudos diferentes na literatura que já o haviam confirmado.

Nossos resultados confirmaram o estudo e adicionaram um novo parâmetro. Para analisar nossos dados, nós utilizamos testes de hipóteses bivariadas indicadas por Kellstedt e Whitten. Como resultado, nós encontramos que os parâmetros Índice de Liberdade Política do Instituto Fraser e PIB per capita são de grande relevância para explicar comportamento homofóbico e acreditamos que devam ser usados em estudos futuros. No final nós também encorajamos movimentos políticos que lutam por direitos LGBT que não negligenciem o poder que a legislação tem para a homofobia.

Palavras-chaves: Indicadores da homofobia. Análise entre países. Teste de hipóteses bivariadas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
BASE TEÓRICA.....	11
Anos de Estudo	12
Religiosidade	12
PIB per capita em US\$.....	13
Grau de Liberdade Econômica.....	13
Índice de Desenvolvimento Humano.....	16
Se a União Homoafetiva estava legalizada.....	16
Grau de Liberdade Política	17
METODOLOGIA.....	18
Os testes de hipóteses bivariadas	19
Coeficiente de Correlação	20
Diferença de Médias.....	21
Variáveis, Fontes e Mensurações.....	21
RESULTADOS	23
Resumo dos dados levantados	23
Análise dos Parâmetros.....	25
Anos de Estudo	25
Religiosidade.....	26
PIB per capita em US\$.....	29
Liberdade Econômica.....	30
Índice de Desenvolvimento Humano	31
Se a união homoafetiva estava legalizada ou não	33
Liberdade Política	34
Comentários sobre a análise dos dados.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios das democracias liberais no mundo é o de promover o que os seus teóricos inicialmente propuseram. Hamilton, Madison e Jay (2003), ao publicarem os *Federalist Papers*, fizeram um grande apelo pela liberdade e contra a opressão de grupos majoritários a grupos minoritários. Mesmo depois de mais de 230 anos de sua publicação original, os seus princípios ainda repercutem no seu país-alvo, os Estados Unidos, como também a todo o mundo Ocidental.

Locke (2006), outro teórico cânone para o liberalismo político, também defendeu em 1689 que a união entre os homens apenas faz qualquer sentido quando esta busca assegurar as liberdades e propriedades de cada um (Locke, 2006, pp. 70). Qual não seria a surpresa de Locke ao encontrar em 2018, mesmo 329 anos depois, diversas pessoas que ainda estão vivendo pela regra dos opressores, sendo obrigados a seguir lógicas institucionais que fogem ao seu conceito de associação para assegurar liberdades?

No sumário executivo para a publicação do ano de 2017 de seu relatório anual da *International Lesbian and Gay Association* (ILGA, sigla em inglês), as Co-Secretárias Gerais da instituição, Ruth Baldacchino e Helen Kennedy, bem como o Diretor Executivo André du Plessis (2018), relatam como, apesar de avanços mundiais, a situação para LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais¹) ainda é caótica em grandes partes do mundo. A organização² é uma das mais influentes mundialmente e possui presença em 132 países, mais de 1.200 membros e status consultivo para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Sobre eles mesmos, as Co-Secretárias afirmam:

“ILGA is built on the energy and resourcefulness of its global membership, whose passionate and tireless work continues to push for social, political and economic change and justice. It has always been like this, and now we are getting ready to celebrate 40 years of profound impact on the many LGBTI lives around the world”

“ILGA foi construída na energia e recursos de seus membros ao redor do mundo, cuja paixão e trabalho incansável tem promovido mudanças sociais, políticas, econômicas e justiça. Sempre foi

¹ A sigla tem aumentado com o passar dos anos por causa de uma crescente identificação coletiva de grupos historicamente oprimidos. A ILGA, como muitas outras organizações, adiciona a letra ‘I’ à sigla, que corresponde frequentemente a ‘intersexual’.

² <https://ilga.org/about-us>

dessa forma, e agora estamos prestes a celebrar 40 anos de profundo impacto em muitas vidas de LGBTIs ao redor do mundo.” (em tradução Livre)

Com base nisso, esse estudo foi pensando para responder: O que explica o comportamento homofóbico no mundo?

Para responder essa pergunta, em primeiro lugar, nós analisamos o que já tinha sido feito. Nesse sentido, chegamos ao estudo *Homophobia and same-sex partnership legislation in Europe*, das pesquisadoras húngaras Judit Takács e Ivett Szalma (2011) – ambas do Instituto de Sociologia da Academia Húngara de Ciências, em Budapest. O objetivo da pesquisa delas era de responder se o nível de institucionalização de uniões homoafetivas afetaria a tolerância a lésbicas e gays na Europa. Elas analisaram 26 países europeus ao longo de três períodos e com diversos níveis de análises. O resultado principal encontrado por elas é que a legislação em favor da união homoafetiva foi fundamental para reduzir a intolerância a gays e lésbicas na Europa.

Pelo desenho de pesquisa de Takács e Szalma abrangerem diversas variáveis e muitos países, ele foi eleito como modelo para este estudo. Especialmente pelo estudo delas ter tido resultados tão contundentes e claros, um dos principais propósitos desse estudo foi o de verificar se os argumentos de Takács e Szalma continuariam a fazer sentido em um contexto mundial, ao invés de apenas europeu.

Outros dois estudos foram largamente utilizados: o *Demographic Predictors of Consistency and Change in Heterosexual's Attitudes toward Homosexual Behavior over a Two-Year Period*, de Kent Patrick, Wendy Heywood, Judy M. Simpson, Marian K. Pitts, Juliet Richters, Julia M. Shelley e Anthony M. Smith – das universidades australianas de New England, La Trobe, Sydney e New South Wales; e o *Exploring Homophobia in Tbilisi, Georgia*, de Maia Mestvirishvili, Tinatin Zurabishvili, Tamar Iakobidze e Natia Mestvirishvili – da Tbilisi State University, Caucasus Research Resource Center e Institution for Development for Freedom of Information.

No primeiro, os pesquisadores tomaram como base a população australiana heterossexual, entre os anos de 2004 e 2007. O objetivo era ver como a amostra se modificou em diversos indicadores socioeconômicos e como a tolerância flutuou nesse tempo. Os resultados foram que os mais jovens e os com ensino superior sofreram variações positivas em direção à tolerância e que aqueles indivíduos que estavam envolvidos com cultos e/ou

atividades religiosas mostraram-se mais resistentes à mudanças e associados a tendências homofóbicas (Kent Patrick *et all*, 2013).

Já o segundo estudo analisou os residentes da capital da Geórgia, Tbilisi. Eles utilizaram dados de *surveys* em relação à polêmica da agressão a ativistas LGBTs no Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia³ em Tbilisi. Os resultados apontaram que maiores níveis de intolerância e homofobia estavam relacionados ao gênero masculino, pouca educação formal, conformidade com a desigualdade social, atitudes anti-liberais e por entender homossexuais como “ameaças à segurança nacional” (Mestvirishvili *et all*, 2016).

A partir da complementação destes dois últimos estudos ao primeiro, das pesquisadoras húngaras, percebeu-se que alguns fatores estavam presentes consistentemente: religiosidade da população; renda ou desempenho econômico; anos de estudo e; valores democrático-liberais (Takács e Szalma, 2011, pp. 360; Kent Patrick *et all*, 2013, pp. 618; Mestvirishvili *et all*, 2016, pp. 9-10). Portanto, partimos destes e propomos alguns novos para tentar entender esse fenômeno em um contexto maior.

No total, sete variáveis entraram no estudo: Anos de estudo; Religiosidade; PIB per capita; Liberdade Econômica; IDH; Legalidade da união homoafetiva e; Liberdade Política. Os novos parâmetros adicionados procuraram estabelecer relações entre valores liberais, economia e desenvolvimento. Para a Liberdade Econômica, utilizamos os argumentos da Escola da Escolha Pública, de Buchanan e Tullock, para fundamentar como grupos de pressão pró-LGBTs poderiam ter voz dentro da esfera pública e como poderiam influenciar a institucionalização de suas agendas.

Como metodologia utilizou-se o recomendado por Kellstedt e Whitten para análises de testes de hipóteses bivariadas, descritas no livro *The Fundamentals of Political Science Research* (2009). Como variável dependente utilizou-se o *survey* produzido pelo Instituto Pew Research *Global Census on Morality*. Nele, cidadãos de 40 países responderam, dentre outras perguntas, se achavam que a homossexualidade era moralmente condenável ou não. Como um dos países do estudo original era a Palestina e não existiam dados

³ No dia 17 de maio de 2013, em Tbilisi, Geórgia, um protesto em favor dos direitos LGBTs em virtude da celebração do Dia Internacional de Combate à Homofobia e Transfobia, teve de ser evacuado por contra-manifestantes – incluindo padres ortodoxos – passarem pelos cordões policiais e ameaçarem a segurança dos ativistas LGBTs: <https://www.bbc.com/news/av/world-europe-22565723/conservatives-attack-gay-activists-at-rally-in-tbilisi>

suficientes nos outros parâmetros, optou-se por desconsiderar o país para este estudo. Portanto, os testes contaram com 39 países.

Seguindo o proposto por Kellstedt e Whitten, seis dos parâmetros seguiram o teste de coeficiente de correlação, por se tratarem de tanto variável dependente e independente contínuas. O único parâmetro que não foi analisado assim foi o da Legalidade da união homoafetiva. Por se tratar de variável independente discreta, foi utilizado o teste por diferença de médias.

Os resultados principais deste estudo indicaram para uma forte associação entre a opinião pública favorável a LGBTs e PIB per capita e entre àquela e a Liberdade Política, ambos com o coeficiente de correlação acima de 0,750. A reta do gráfico de ambos também foi íngreme e positiva, indicando relação positiva entre as variáveis. Por fim, o *t*-teste – usado para determinar o grau de significância nos testes de associação estatística – demonstrou significância estatística acima de 1% (teste bicaudal).

A legalidade da união homoafetiva – pedra fundamental para o estudo de Takács e Szalma – não demonstrou significância estatística. Diversas ressalvas foram feitas – entre elas o fato deste estudo não ter levado em consideração o desenvolvimento de cada sociedade ao longo dos anos e que só pontuou nesse índice aqueles países que haviam legalizado a união por completo, deixando diversos países que já haviam percorrido um longo caminho rumo à legalização sem pontuar – mas estes foram os resultados.

Outro problema foi o índice de Liberdade Econômica. Com um coeficiente de correlação de 0,265, a associação encontrada foi baixa – apesar do alto nível de significância nos permitir rejeitar a hipótese nula. Entretanto, foram encontrados diversos indícios que este parâmetro pode ser utilizado como *ferramenta* para alcançar uma maior representatividade de grupos de pressão pró-LGBTs. De acordo com a Escola da Escolha Pública e as contribuições de Farber (2017) e MacCartney (2017), a institucionalização das agendas desses grupos de pressão pode significar maiores condições de influenciar os legisladores a promoverem políticas públicas favoráveis a LGBTs. Além disso, MacCartney apontou que um Estado favorável a LGBTs promove um ambiente favorável a LGBTs – consequentemente aumentando a tolerância a esses grupos.

Ademais, com os resultados é sugerido que estudos futuros não deixem de levar em conta clivagens de renda e de liberdade política – em especial utilizando os dados do Instituto

Fraser. Também é sugerido que grupos de pressão pró-LGBTs procurem institucionalizar suas políticas públicas e que tentem influenciar as ações estatais.

Por fim, este estudo foi dividido em quatro partes. A primeira, Base Teórica, trata-se de uma análise precisa de como cada parâmetro levantado poderia influenciar a opinião pública favorável a LGBTs. Em seguida, na Metodologia, explicamos como analisamos os dados levantados – seguindo as recomendações de Kellstedt e Whitten. A terceira parte traz os Resultados, analisando os dados de forma a constatar o que era esperado pela base teórica e o que de fato foi encontrado pelos testes estatísticos. Por fim, nas Considerações Finais, resumimos os principais resultados encontrados e apresentamos propostas e recomendações para futuros estudos e grupos de pressão pró-LGBTs.

BASE TEÓRICA

Com o propósito de tentar entender como a homofobia se instaura e se sustenta em uma sociedade, este estudo propõe-se a mapear e analisar suas causas. Conforme já mencionamos anteriormente, diversas análises quantitativas já buscaram responder essa pergunta. (Takács e Szalma, 2011; Kent Patrick *et all*, 2012; Mestvirishvili *et all*, 2016), contudo limitando-se a poucas variáveis – muitas vezes relevantes para suas realidades locais, também limitadas.

Considerando-se o que esses autores produziram, pode-se afirmar que: a religiosidade ou valores tradicionais são determinantes para a intolerância (Kent Patrick *et all*, 2012); valores modernos e liberais contribuem para uma sociedade menos homofóbica (Mestvirishvili *et all*, 2016) e; a estagnação econômica associada a poucos anos de estudo está relacionada com uma sociedade mais intolerante (Kent Patrick *et all*, 2012). Todos esses fatores, dentre outros, foram considerados estatisticamente relevantes para explicar a homofobia.

Nessa perspectiva, este estudo propõe-se a analisar o que de fato continua sendo um fator relevante numa análise mais abrangente. Para tanto, procurou-se aprofundar o embasamento teórico deixado por esses autores, adicionando novos parâmetros. O objetivo é que se amplie o conhecimento sobre o assunto para melhor direcionar políticas públicas que visem um futuro sem homofobia.

Como base e ponto de partida, o ensaio de Takács e Szalma (2011) será largamente utilizado. Nele, as autoras investigaram as causas da homofobia em países da União Europeia e Leste Europeu. Elas utilizaram dados oficiais da União Europeia – European Social Survey – incluindo mas não se limitando a: porcentagem das pessoas que não concordam com a homossexualidade; religiosidade; se a união entre pessoas do mesmo sexo era legalizada. Outro ponto importante do estudo delas é que foi considerado a evolução da tolerância nos países europeus entre 2002 e 2008, também considerando o período pré-2002 e pós-2008 (Takács e Szalma, 2011, pp. 359). A conclusão das autoras é de que legalizar o casamento é o fator mais importante, sugerindo aos formadores de políticas públicas que adotem essa medida antes de qualquer outra para combater a homofobia (Takács e Szalma, 2011, pp. 375).

Serão analisados diversos países ao redor do mundo. Será quantificado o grau de preconceito e sete indicadores socioeconômicos. A fim de determinar a influência destes indicadores, será analisado a mudança de país para país. Os sete indicadores são: Anos de Estudo; Porcentagem da população sem religião; PIB per capita em US\$; Grau de Liberdade Econômica; Índice de Desenvolvimento Humano; Se a União Homoafetiva estava legalizada e; Grau de Liberdade Política.

Seguem, abaixo, as motivações teóricas para incluir cada indicador neste estudo:

Anos de Estudo

De acordo com a análise longitudinal por Kent Patrick *et all* (2012) – onde analisou-se o comportamento de australianos sobre gays e lésbicas em uma variação de 2 anos – um dos importantes traços que aumentam a tolerância em sociedades é a educação. O estudo concluiu que, considerando aqueles que inicialmente já possuíam um certo grau de tolerância, tempo de estudo a mais se relaciona positivamente com maior tolerância a gays e lésbicas.

Kent Patrick *et all* (2012) corrobora, então, uma das conclusões de Takács e Szalma (2011), quando afirmam que pessoas com menos anos de estudo possuíam menores níveis de tolerância. Além disso, segundo os dois estudos, esse fator está relacionado também com a idade.

Religiosidade

De acordo com estudo realizado por Olson, Cadge e Harrison (2006), a partir de *survey* conduzido nos Estados Unidos, valores religiosos possuem influência em determinar comportamento desfavorável à união homoafetiva. O estudo sugere que os indivíduos de moral conservadora envolvidos com a comunidade religiosa são contrários a esse tipo de união.

Kent Patrick *et all* (2012) observaram que aqueles que possuíam afiliações religiosas e participavam regularmente dos ritos religiosos, em geral, são mais intolerantes e não apresentaram mudanças no período de dois anos. Takács e Szalma (2011) também encontraram que ser praticante de uma religião – incluindo católicos, muçulmanos e

judeus – está negativamente relacionado com ser tolerante a gays e lésbicas. Essa tese também foi levantada por diversos outros autores ao longo das últimas décadas (Johnson *et all*, 1997; Stulhofer & Rimac, 2009; Merino, S. M., 2013).

Com base nisso, parte-se da ideia que valores religiosos podem influenciar o comportamento dos indivíduos.

PIB per capita em US\$

Segundo estudo de Corrales para o *Journal of Research in Gender Studies* (2017), onde analisou os direitos LGBT na América Latina, os locais onde se concentravam maior direitos para essa comunidade também eram os mais ricos e desenvolvidos. Pretende-se, então, expandir essa análise para todos os países estudados e verificar se a renda continua sendo um fator relevante.

Grau de Liberdade Econômica

De acordo com os estudos realizados pelo *Think Tank* Canadense *Fraser Institute*, o Índice de Liberdade Econômica mede diversos indicadores econômicos e procura apontar como todos os países estão em relação a sua economia. Neste índice, é eleito o Liberalismo Econômico como norte e, nas mais diversas categorias do estudo, a cada país é atribuído um valor quantitativo.

O argumento deste *Think Tank* é que os países com maior grau de liberdade econômica possuem as melhores condições para que os seus cidadãos trabalhem, empreendam, vivam e guardem dinheiro. Uma segunda interpretação do índice é que os países no topo do índice também são comumente vistos como os melhores do mundo para se viver – em índices como qualidade de vida, felicidade, etc.

Traduzindo isso para a temática LGBT, argumenta-se que, quanto mais economicamente livre um país é, maior será o sucesso também da comunidade LGBT. Insere-se aqui os LGBTs que empreendem, acumulam riquezas, ocupam cargos importantes nos diversos setores da economia. Nesse sentido, LGBTs teriam mais exposição no dia-a-dia da sociedade – sendo uma exposição positiva, onde cidadãos heteronormativos poderiam os associar como figuras positivas da comunidade onde estão inseridos.

De acordo com um estudo conduzido pela The Harris Poll e promovido pela GLAAD, organização norte-americana que advoga por direitos LGBT nos Estados Unidos, em 2017 e publicado em 2018, um maior contato de pessoas não-LGBTs com pessoas LGBTs pode promover uma maior aceitação, tolerância e reduz o preconceito. Mestvirishvili *et all* (2016) também corroboram essa tese em seu estudo.

Em uma outra perspectiva, os autores James Buchanan e Gordon Tullock (1962) afirmam que a liberdade de associação – fortemente relacionada com a liberdade econômica e presente na metodologia do Fraser Institute – é o fator principal, apesar de não único, para avançar políticas públicas em democracias liberais. De acordo com o mesmo estudo da GLAAD, um suposto avanço em políticas públicas pró-LGBTs aumentaria o grau de tolerância.

Buchanan e Tullock fundaram o Instituto da Escolha Pública, próximo à Capital dos Estados Unidos, no estado de Virginia. No livro publicado em 1962, *The Calculus of Consent: The Logical Foundations of Constitutional Democracy*, os autores buscam explicar como diferentes grupos, quando organizados politicamente, conseguem avançar suas pautas no Congresso – levando conseqüentemente a leis, portarias e diretrizes.

A ideia dos dois é consideravelmente simples: em um cenário ideal, a organização de pessoas seria algo individual, voluntário e natural; pela teoria do *homo economicus*, estes indivíduos se organizariam para pressionar o poder Legislativo e, dessa forma, conseguiriam melhorias para suas realidades; no mundo real, essas organizações voluntárias até existem, mas o grau de liberdade que as diferentes organizações possuem varia bastante – principalmente favorecendo os grupos que são ligados à Elite Política e/ou Econômica.

Dessa forma, quanto mais os princípios da democracia liberal estiverem vigentes, maior será a facilidade de tais grupos se organizarem e avançarem suas pautas. Nessa perspectiva, os grupos LGBT podem enfrentar dois problemas: não possuir liberdade suficiente para lograr seus objetivos; ou não conseguir capital político suficiente para isso.

Daniel Farber (2017) corrobora os argumentos apresentados por Buchanan e Tullock, adaptando as críticas ao longo dos 50 anos do Instituto de Escolha Pública. Ele aponta que as atitudes e intenções de indivíduos ou grupos organizados não depende apenas deles

– é preciso analisar todos os atores e instituições políticos, desde a Constituição e leis até juízes e deputados. Conforme Farber coloca, é preciso utilizar a teoria com cautela.

Em suma, ele defende uma visão instrumentalista desta teoria. As ações políticas de indivíduos ou grupos organizados é pautada pela possibilidade dos seus respectivos resultados. Nessa perspectiva, o movimento LGBT irá atuar da forma que lhe é possível. Para a teoria, é fundamental que um grupo consiga influenciar as instituições políticas para que suas pautas avancem. Em competição com os outros diversos atores políticos pelo que influenciará as instituições, segundo Farber, é necessário resguardar-se ao que pode ser alcançado e manter uma eficiente organização interna.

Danielle MacCartney (2017), em estudo comparando os atuações de ativistas e instituições pró-LGBTs na Suécia e na Rússia, encontrou dados que comprovam empiricamente a tese do Instituto da Escolha Pública. Na Suécia, desde 1998, grupos LGBTs conseguiram atuar junto ao Estado – produzindo conteúdo, estatísticas e envolvendo a sociedade civil. Como resultado, o Estado Sueco atuou cada vez mais para aprimorar as condições de vida dos LGBTs no país, tornando-se um exemplo mundial.

No caso Russo, entretanto, os direitos humanos e dos LGBTs são vistos pelo Estado como propagandas ocidentais, antinacionalistas e impostas pela ONU (MacCartney, 2017, pp. 328). Com a volta de Putin ao poder em 2012, de acordo com MacCartney, essa situação se deteriorou e deteriora ainda mais a cada ano. Como resultado, os grupos e movimentos pró-LGBTs possuem grande dificuldade de se organizar institucional e politicamente. Portanto, não conseguem entrar na esfera Estatal e canalizar políticas públicas para reverter a situação – de acordo com a pesquisadora, o sucesso Sueco está diretamente relacionado com a capacidade dos movimentos Suecos de influenciar políticas públicas.

Retornando ao ponto da democracia liberal, quão melhor forem as condições para grupos da sociedade civil de se organizarem, maiores chances o movimento LGBT têm de estar presente e reduzir a homofobia. Nesse sentido, é fundamental que estes grupos possam arrecadar recursos para investir em capital político – somente assim criariam maiores opções e chances para si.

Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH, medido anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), leva em considerações diversos indicadores para avaliar todos os países em, basicamente, qualidade de vida. Argumenta-se que um maior IDH refletiria em melhores condições de vida para LGBT.

Takács e Szalma, ao destrinchar as bases para a intolerância na Europa, constataram que baixos níveis de IDH estão negativamente relacionados com tolerância a gays e lésbicas. Para este parâmetro serão usados os dados oficiais do PNUD (2014), que varia entre 0 e 1 – sendo 0 extremamente não-desenvolvido e 1 plenamente desenvolvido.

Se a União Homoafetiva estava legalizada

De acordo com artigo de Lax e Phillips para a *American Political Science Review* (2009), onde analisaram diversos surveys de opinião pública nos Estados Unidos, foi encontrada correlação entre políticas públicas e opinião pública favorável a LGBTs. Com base nisso, para o ano de 2014, será notado quais países já tinham aprovado, em nível nacional, a união entre pessoas do mesmo sexo.

Além disso, no ensaio de Takács e Szalma (2011) é possível observar as mudanças significativas que a legalização da união homoafetiva causou. As autoras dividiram os países em três períodos: pré 2002; entre 2002 e 2008 e; após 2008 – onde os países se encaixavam no grupo correspondente a legalização ou não da união. Com essa divisão, ficou claro para as autoras que por quanto mais tempo a legalização estava vigente, maior era a tolerância verificada.

É relevante destacar que diversos países da lista legalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo nos últimos dois anos, como a Alemanha (BBC, 2017) e a Austrália (The Guardian, 2017). Contudo, como esse estudo é com os dados de 2014, a posterior legalização em países desse tipo não foi considerada.

Grau de Liberdade Política

Seguindo o princípio liberal de que Estado não deve interferir na vida privada dos indivíduos e de que a união entre dois adultos é algo estritamente privado, esse indicador busca averiguar se possuir liberdade política é relevante.

Takács e Szalma (2011) apontam que regimes mais autoritários ou com um passado muito autoritário – como os países do Leste Europeu que possuíam regimes políticos socialistas – também são os países que mais apresentavam níveis de intolerância. O estudo de Kent Patrick *et all* (2012) também aponta que pessoas de orientações políticas autoritárias e conservadoras são menos tolerantes.

Analisando diversos estudos sobre as causas da homofobia em sociedades, Mestvirishvili *et all* (2016) encontrou que um ponto fundamental é a falta de valores liberais associada a falta de prosperidade econômica. Em seu estudo, citando o trabalho de Yuchtman-Yarr e Alkalay (2007), conclui que a prosperidade econômica – modernizando a sociedade – está intimamente ligada ao desenvolvimento de valores modernos, entendidos como os valores liberais.

Para esse parâmetro serão usados os dados também dos Instituto Fraser, no seu ranking *Personal Freedom Index*. Publicado anualmente, ele se propõe a “apresentar uma ampla medição da liberdade humana, entendida como a ausência de repressão coercitiva” (Vásquez e Porčnik, 2018). Abrange, ao todo, 79 indicadores distintos para abordar a liberdade tanto econômica quanto pessoal, incluindo: Estado de Direito; Segurança; Liberdade de associação; Identidade e Relacionamentos; Tamanho do Estado; Sistema de Leis e Propriedade Privada.

Esse ranking é perfeito para este sétimo indicador na medida em que mede o quanto as pessoas são efetivamente livres, sendo calculado de 0 a 10, sendo 0 completamente não-livre e 10 completamente livre.

METODOLOGIA

A Metodologia utilizada seguirá as bases apresentadas por Kellstedt e Whitten (2009) em seu livro sobre técnicas de pesquisa em ciência política. Dentre as técnicas discutidas, as de testes de hipóteses bivariadas são as que foram escolhidas para esse estudo. No livro, os autores abordam a teoria para análise de dados estatísticos de Karl Pearson, que aqui será utilizada para analisar os dados e fundamentará as conclusões.

De forma simples, a metodologia é proposta para afirmar que a variável dependente (opinião pública contra LGBTs) possui relação de causalidade com as variáveis independentes (os sete parâmetros). Além disso, é preciso considerar a hipótese nula – a hipótese de algum, alguns ou todos os parâmetros não possuírem relações de causalidade com o fenômeno que estamos estudando. O objetivo dos testes é rejeitar a hipótese nula, ou seja, a cada teste de cada parâmetro estaremos tentando apontar indícios que afirmem que as variáveis estão relacionadas.

No livro dos autores, existem quatro pontos fundamentais que precisam ser respondidos para o estabelecimento de relações causais entre uma variável dependente e independente (Kellstedt e Whitten, 2009, pp. 48):

1. Existem indícios que conectem a variável independente à variável dependente?
2. Poderia a variável dependente causar a variável independente?
3. A variável dependente e a independente covariam?
4. Existe alguma outra variável que está relacionada às duas outras que tornam a associação entre elas espúria?

Portanto, fará parte do estudo responder corretamente às três primeiras perguntas dos autores. A primeira foi respondida na base teórica já abordada. A segunda e a terceira serão discutidas com a apresentação dos resultados estatísticos de cada parâmetro. Infelizmente, o desenho de pesquisa com dados observacionais dificilmente permite avaliar a quarta pergunta, ainda menos numa análise bivariada. Sendo assim, os resultados apresentados são apenas indicativos de uma relação entre a variável dependente e independente e não podemos eliminar a possibilidade de que existe alguma outra variável que torna as associações abordadas espúrias.

Para analisar o grau de preconceito, utilizou-se o estudo do *Pew Research* (2014): *Global Views on Morality*, onde 40 países foram analisados sobre vários assuntos. Sobre homossexualidade, as pessoas entrevistadas tiveram de responder a pergunta “você pessoalmente acredita que a homossexualidade é moralmente aceitável, moralmente inaceitável ou não se trata de uma questão moral?”. O grau de preconceito foi calculado da seguinte forma: para cada país, foi calculado a porcentagem da população que *não afirmou* que a homossexualidade é moralmente inaceitável.

Contudo, é preciso manter-se atento às limitações deste estudo. Embora procurou-se uma pergunta que julgou-se verificar o grau de homofobia, segundo Stewart (2017), em uma análise psicanalítica Lacaniana sobre a sociedade australiana, um indivíduo pode aceitar a moralidade, por exemplo, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas não querer que o afeto entre as mesmas pessoas do mesmo sexo seja demonstrado em público por contrariar a lógica heteronormativa (Stewart, 2017, pp. 250). Ou seja, evidenciando um grau significativo de homofobia. De forma semelhante, no Brasil, muitos casais LGBTs (Vinhal, 2018) – ou até mesmo pessoas que aparentem ser casais, de acordo com um caso ocorrido em São João da Boa Vista, interior de São Paulo, e veiculado pelo jornal O Globo (2011) – sofrem violência física e psicológica por demonstrar afeto em público.

Além disso, esse estudo compreende apenas um ponto no tempo, o ano de 2014 – sendo o ano mais recente possível dado a limitação de dois dos parâmetros, ambos do Instituto Fraser, os quais possuem na análise mais recente os dados de 2014. Portanto, não serão levadas em conta aqui as mudanças em países culturalmente menos tolerantes que, por justamente isso, possam ter tido um maior avanço proporcional nos últimos anos. É provável, então, que esse estudo contenha um viés para os dados em comum dos países mais tolerantes.

Os testes de hipóteses bivariadas

Como variáveis independentes, teremos os sete indicadores já apresentados. Pela forma como cada um é mensurado, faremos diferentes testes de hipóteses bivariadas. Segundo Kelstedt e Whitten (2009), devemos utilizar a seguinte regra:

Tipo de variável dependente	Tipo de variável independente	
	Discreta	Contínua
Discreta	Análise tabular	<i>Probit/Logit</i>
Contínua	Diferença de médias	Coefficiente de correlação

Seguem as variáveis deste estudo:

Variável dependente	Opinião Pública	Contínua
Variáveis independentes	Anos de estudo	Contínua
	Religiosidade	Contínua
	PIB per capita	Contínua
	Liberdade Econômica	Contínua
	IDH	Contínua
	Legalidade	Discreta
	Liberdade Política	Contínua

Portanto, para as variáveis independentes Anos de estudo, Religiosidade, PIB per capita, Liberdade Econômica IDH e Liberdade Política, usaremos o teste Coeficiente de correlação. Para a variável independente Legalidade usaremos o teste de Diferença de médias.

Veremos agora como procederemos nos dois tipos de testes.

Coeficiente de Correlação

O Coeficiente de Correlação de Karl Pearson é calculado da seguinte forma:

$$r = \frac{cov(xy)}{\sqrt{var(x)var(y)}}$$

Onde $cov(xy)$ é a covariância entre X e Y; $var(x)$ é a variância de X e $var(y)$ é a variância de Y. O resultado do coeficiente r vai ser entre -1 e 1, sendo: mais próximo de 1 indica uma correlação positiva; mais próximo de -1 uma correlação negativa e; mais próximo de 0 sem correlação significativa.

Em seguida, calcularemos o t -estatístico para o coeficiente:

$$t_r = \sqrt{|r| \times \frac{n - 2}{1 - r^2}}$$

Onde n é o número de casos – para o nosso estudo, $n = 39$; é chamado de t porque segue a distribuição t . Esse teste avaliará os graus de liberdade (df) de acordo com a tabela t – assim, poderemos saber a confiabilidade dos resultados.

Diferença de Médias

Neste caso, dividiremos as amostras em dois grupos, Y_1 e Y_2 , e calcularemos suas médias. Também utilizaremos um t -teste.

Em primeiro lugar, devemos calcular o erro padrão (se) entre \check{Y}_1 e \check{Y}_2 :

$$se(\check{Y}_1 - \check{Y}_2) = \sqrt{\left(\frac{s_1^2}{n_1}\right) + \left(\frac{s_2^2}{n_2}\right)}$$

Onde s_1 é o desvio padrão do grupo Y_1 ; s_2 é o desvio padrão do grupo Y_2 ; n_1 é o número de amostras do grupo Y_1 e; n_2 o número de amostras do grupo Y_2 . Com esse valor em mãos, calculamos o t -teste:

$$t = \frac{\check{Y}_1 - \check{Y}_2}{se(\check{Y}_1 - \check{Y}_2)}$$

Variáveis, Fontes e Mensurações

Em resumo, seguem as fontes dos dados para cada variável:

Variável	Fonte	Mensuração
Opinião pública	Pew Research <i>Global Census on Morality</i> 2014	Mensurado de 0 a 100 Porcentagem da população que não concorda que homossexualidade é moralmente inaceitável

Anos de Estudo	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2014	Mensurado em anos
Religiosidade	Pew Research <i>Religious Diversity Index</i> 2014	Mensurado de 0 a 100 Porcentagem da população que não possui afiliação religiosa
PIB per capita	Banco Mundial 2014	Mensurado em dólares americanos
Liberdade Econômica	Fraser Institute <i>Economic Freedom of the World, 2016 annual report</i> 2016	Mensurado de 0 a 10 Quanto mais próximo de 10, mais livre
IDH	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2014	Mensurado de 0 a 1 Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido
Legalidade	Reportagens, notícias e leis aprovadas nos países onde havia a legalização do casamento homoafetivo	1 para legalizado, 0 para ilegal
Liberdade Política	Fraser Institute <i>The Human Freedom Index</i> 2018	Mensurado de 0 a 10 Quanto mais próximo de 10, mais livre

RESULTADOS

Resumo dos dados levantados

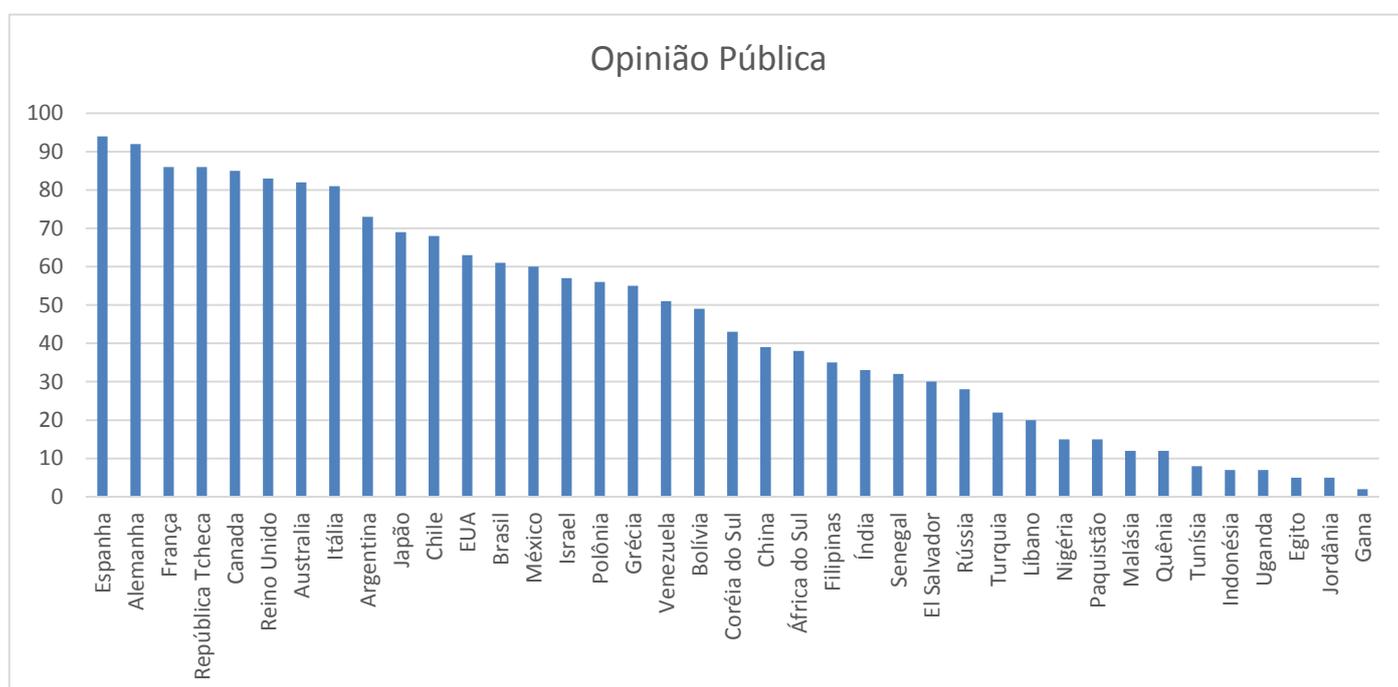
A Tabela 1 abaixo apresenta todas as pontuações dos países por parâmetro:

País	Opinião Pública	Anos de estudo	Religiosidade	PIB per capita em US\$	Liberdade Econômica	IDH	Legalidade	Liberdade Política
África do Sul	38	13,3	14,9	\$6.433,94	6,87	0,685	1	7,5
Alemanha	92	16,9	24,7	\$48.042,56	7,67	0,916	0	9,22
Argentina	73	17,3	12,2	\$12.245,26	4,49	0,826	1	8,05
Austrália	82	20,4	24,2	\$62.327,56	8,02	0,935	0	9,22
Bolívia	49	13,8	4,1	\$3.124,00	6,21	0,662	0	7,13
Brasil	61	15,2	7,9	\$12.026,62	5,93	0,754	1	6,89
Canadá	85	16,3	23,7	\$50.633,21	8,2	0,919	1	9,13
Chile	68	16,1	8,6	\$14.794,32	7,84	0,823	0	8,23
China	39	13,8	52,2	\$7.683,50	6,38	0,727	0	5,62
Coréia do Sul	43	16,6	46,4	\$27.811,37	7,55	0,898	0	8,79
Egito	5	12,7	0,1	\$3.327,75	5,78	0,683	0	3,86
El Salvador	30	12,6	11,0	\$3.595,79	7,35	0,67	0	7,05
Espanha	94	17,6	19,0	\$29.623,16	7,45	0,876	1	8,77
EUA	63	16,5	16,4	\$54.696,73	7,81	0,918	0	8,83
Filipinas	35	12,6	0,1	\$2.842,94	7,4	0,689	0	6,46
França	86	16,3	28,0	\$43.008,65	7,36	0,894	1	8,74
Gana	2	11,2	4,2	\$1.449,66	6,41	0,576	0	7,67
Grécia	55	17,3	6,1	\$21.760,98	6,81	0,865	0	8,06
Índia	33	11,9	0,1	\$1.576,00	6,23	0,609	0	6,46
Indonésia	7	12,8	0,1	\$3.491,60	7,02	0,683	0	6,67
Israel	57	16	3,1	\$37.539,95	7,45	0,894	0	7,87
Itália	81	16,3	12,4	\$35.396,67	7,25	0,874	0	8,74
Japão	69	15,2	57,0	\$38.109,41	7,52	0,891	0	8,93
Jordânia	5	12,9	0,1	\$4.066,94	7,54	0,73	0	6,21
Líbano	20	12,5	0,3	\$8.536,68	6,98	0,751	0	6,01
Malásia	12	13,3	0,7	\$11.183,73	7,1	0,79	0	6,02
México	60	13,5	4,7	\$10.580,97	6,85	0,756	0	6,92
Nigéria	15	10	0,4	\$3.221,68	6,38	0,524	0	5,45
Paquistão	15	8,1	0,1	\$1.316,98	5,89	0,548	0	5,21
Polônia	56	16	5,6	\$14.342,40	7,43	0,843	0	8,81
Quênia	12	11,5	2,5	\$1.335,12	7,1	0,572	0	6,24
Reino Unido	83	16,3	21,3	\$46.783,47	7,94	0,908	1	9,05
República Tcheca	86	16,7	76,4	\$19.744,56	7,46	0,879	0	8,96
Rússia	28	15	16,2	\$14.125,91	6,59	0,807	0	5,63

Senegal	32	9,1	0,1	\$1.052,13	6,23	0,486	0	6,76
Tunísia	8	14,7	0,2	\$4.270,31	6,48	0,725	0	6,44
Turquia	22	15,2	1,2	\$12.127,46	6,87	0,761	0	6,71
Uganda	7	11,2	0,5	\$702,80	7,31	0,5	0	6,03
Venezuela	51	14,3	10,0	\$15.692,41	3,28	0,762	0	5,76

Organizando os dados, segue o Gráfico 1 com a lista dos países, ordenados por opinião pública, ou seja, a porcentagem da população por país que não concorda que a homossexualidade é moralmente inaceitável.

Gráfico 1:



Análise dos Parâmetros

Para as análises abaixo, conforme dito acima, utilizaremos o método de teste de hipóteses de acordo com o que foi apresentado no livro de Kellstedt e Whitten (2009), respondendo a duas das perguntas fundamentais:

2. Poderia a variável dependente causar a variável independente?
3. A variável dependente e a independente covariam?⁴

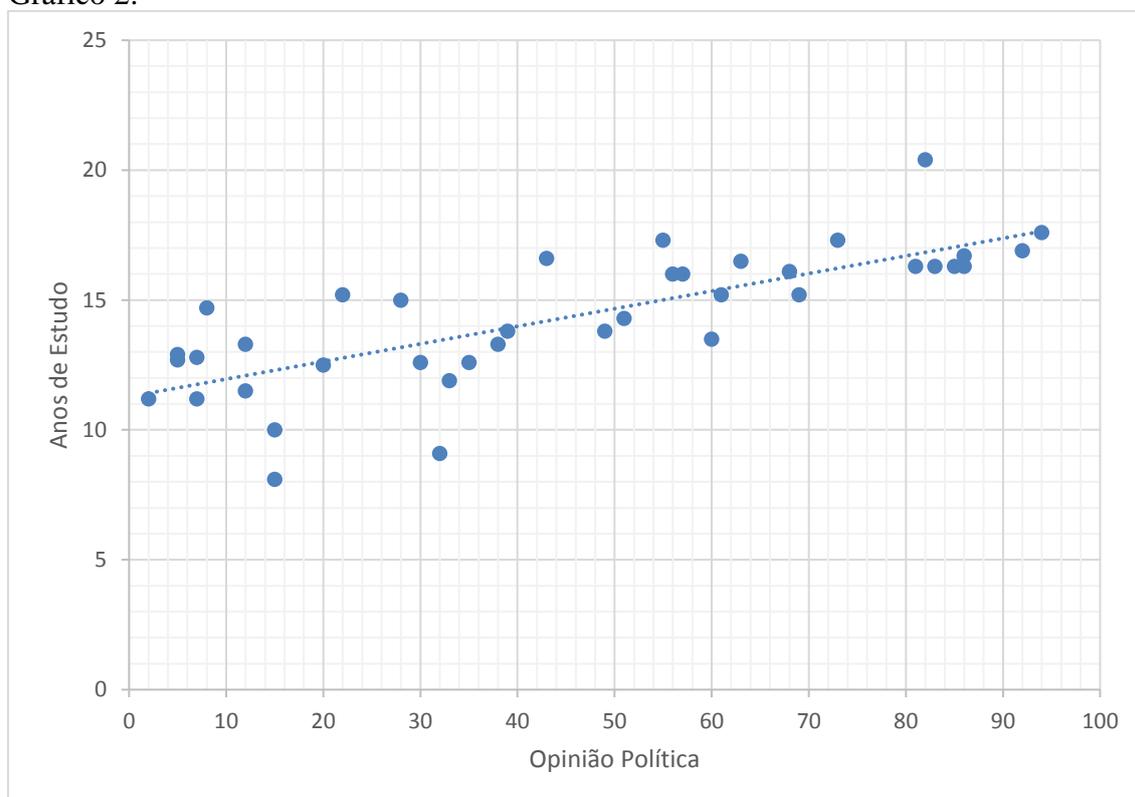
Segundo os autores, para determinar qual grau de liberdade (df) consultar, é preciso fazer o cálculo de $df = n - 1$. No nosso caso, $df = 38$.

Anos de Estudo

Coefficiente de correlação $r = 0,746$

Teste do t -estatístico = 7,887

Gráfico 2:



⁴ Apesar dessa questão vir depois da outra, ela terá prioridade e será respondida primeiro nas análises. O motivo é que os testes são propostos para responder precisamente essa pergunta.

Com um coeficiente bem próximo de 1, é possível afirmar que mais anos de estudo estão relacionados com um maior nível de tolerância. Com o $df = 38$ é de 3,307, nosso grau de confiança está bem acima do necessário para 99,9%.

Por esses dados, podemos dizer que Anos de estudo e tolerância a LGBTs covariam e rejeitar a hipótese nula. Além disso não faz sentido a hipótese de que uma maior tolerância a LGBTs resultem em maiores anos de estudo. O gráfico comprova visualmente a inclinação positiva da reta.

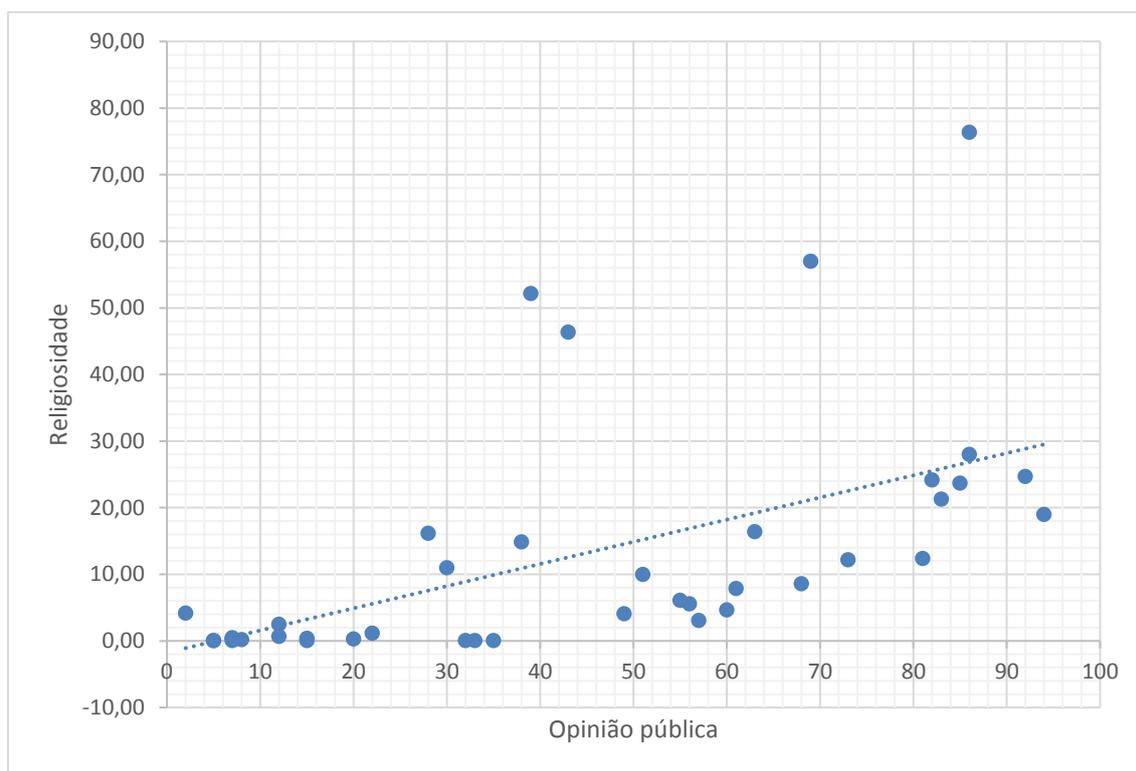
Essas observações corroboram os estudos de Kent Patrick *et all* (2012) e uma das conclusões de Takács e Szalma (2011).

Religiosidade

Coeficiente de correlação $r = 0,531$

Teste do t -estatístico = 5,228

Gráfico 3:



O coeficiente desse parâmetro já é mais modesto do que o anterior, mas ainda sim é significativo. Com o $df = 38$ é de 3,307, nosso grau de confiança está novamente bem acima do necessário para 99,9%. A reta está inclinada positivamente, convergindo para o nosso resultado. Com isso, podemos rejeitar a hipótese nula.

Esses dados confirmam o estudo realizado por Olson, Cadge e Harrison (2006), onde sugeriram que os indivíduos de moral conservadora envolvidos com a comunidade religiosa são contrários a esse tipo de união. Os resultados encontrados nesse parâmetro também corroboram os estudos de Kent Patrick *et all* (2012), Takács e Szalma (2011), Johnson *et all* (1997), Stulhofer & Rimac (2009) e Merino, S. M. (2013).

Quanto a próxima pergunta, sobre a possibilidade da variável independente – aqui a religiosidade – ser explicada pela variável dependente, é plausível conceber que uma maior tolerância a LGBTs causa uma queda na religiosidade. Nessa ótica, talvez essa tolerância choque os valores tradicionais religiosos e cause a secularização da sociedade – aumentando a porcentagem da população que não possui afiliações religiosas.

Vejamos essa hipótese mais de perto. A Espanha, por exemplo, que lidera em opinião pública, é notoriamente conhecida por ser religiosa entre os padrões Europeus – especialmente considerando a história do continente. Segundo Rafael Sabatini (2016, pp. 51), a história da Inquisição Espanhola – amplamente reconhecida por diversos julgamentos de heresias ao longo de vários séculos – iniciou com a Rainha Isabella, na época da consolidação do Reino de Castella e vitória da reconquista – expulsão dos muçulmanos da península ibérica. Ela foi responsável pelo início de julgamentos religiosos, seguindo um rigor implacável (2016, pp. 55). Com a influência do Frei Tomás de Torquemada, a Inquisição tomou forma e, segundo Sabatini, os desdobramentos do que foi feito naquela época ecoam até os dias atuais (2016, pp. 5-6).

No entanto, contrapondo a memória histórica em relação ao país e tentando fornecer prováveis explicações, Sandrine Morel, correspondente em Madrid e escrevendo para o periódico francês *Le Monde*⁵, conduziu entrevistas com a comunidade acadêmica espanhola. A professora de sociologia da Universidade Autônoma de Barcelona, Maria del Mar Griera, reconheceu que

“La sécularisation de la société est un processus qui avait commencé au début du XX^e siècle, comme dans le reste de l’Europe, mais qui a été congelé pendant la dictature et nous rattrapons en quelque sorte ce retard. A ce facteur historique s’ajoute un facteur générationnel : les couples en âge de se marier sont nés durant la démocratie et ont reçu une éducation majoritairement laïque,

⁵ https://www.lemonde.fr/europe/article/2017/02/01/la-secularisation-express-des-jeunes-espagnols_5072504_3214.html

déconnectée de la religion. S’y ajoute l’émergence de nouveaux modèles familiaux qui font déjà partie de l’imaginaire collectif, comme les mariages homosexuels, les familles monoparentales...”

“A secularização da sociedade é um processo que começou no início do século XX, como o foi no resto da Europa, que, apesar de ter sido paralisado durante a ditadura, nós recuperamos o atraso. Ao fator histórico se junta um fator geracional: os casais em época de casamento (hoje em dia) nasceram já no período democrático, o que garantiu uma educação majoritariamente laica, desconectada da religião. A isso se junta o aparecimento de novos modelos familiares que já fazem parte do imaginário coletivo, como o casamento homoafetivo, as famílias de só um pai ou só uma mãe...” (em tradução livre).

Além disso, o artigo do periódico também demonstra indícios de como um país majoritariamente religioso e católico possa ter mudado. Parafraseando o professor de sociologia da Universidade Complutense, também entrevistado, Morel relata que

“L’image d’une Espagne fortement catholique, véhiculée par les grandes processions de la Semaine sainte par exemple, relèverait plus du folklore et d’une « religion populaire » que d’un réel sentiment d’appartenance religieux, assure M. Perez Agote.”

“A imagem de uma Espanha fortemente católica, veiculada principalmente pelas procissões da Semana Santa por exemplo, revelam mais uma conotação folclórica e de uma “religião popular” do que um sentimento real de vinculação religiosa, afirma o Sr. Perez Agote.” (em tradução livre).

Gana, por sua vez, na outra extremidade do estudo – amargando apenas 2% de opinião favorável a homossexualidade – conta com apenas 4,2% de sua população que não possui afiliações religiosas. De acordo com a *Encyclopædia Britannica*⁶, metade da população é cristã, com cerca de 20% sendo muçulmana. Além disso, existe uma forte identificação com tradições indígenas. Muitos fenômenos naturais são associados a deidades e os antepassados já falecidos ainda são considerados importantes no dia-a-dia das pessoas e, segundo as tradições, possuem forte influência – servindo principalmente como intermediários entre os que ainda estão vivos e os deuses.

Portanto, de um lado temos que uma das causas da secularização espanhola é a convivência e tolerância a novos tipos de organizações familiares e, entre elas, famílias LGBTs. Quanto aos ganeses, esses valores de tolerância e equidade, de acordo com o levantamento desse estudo utilizando os dados do *Pew Research* (2014), não foram

⁶ <https://www.britannica.com/place/Ghana/Religion>

significativamente adotados pela população e as tradições culturais religiosas persistem – mesmo com a influência cristã e muçulmana.

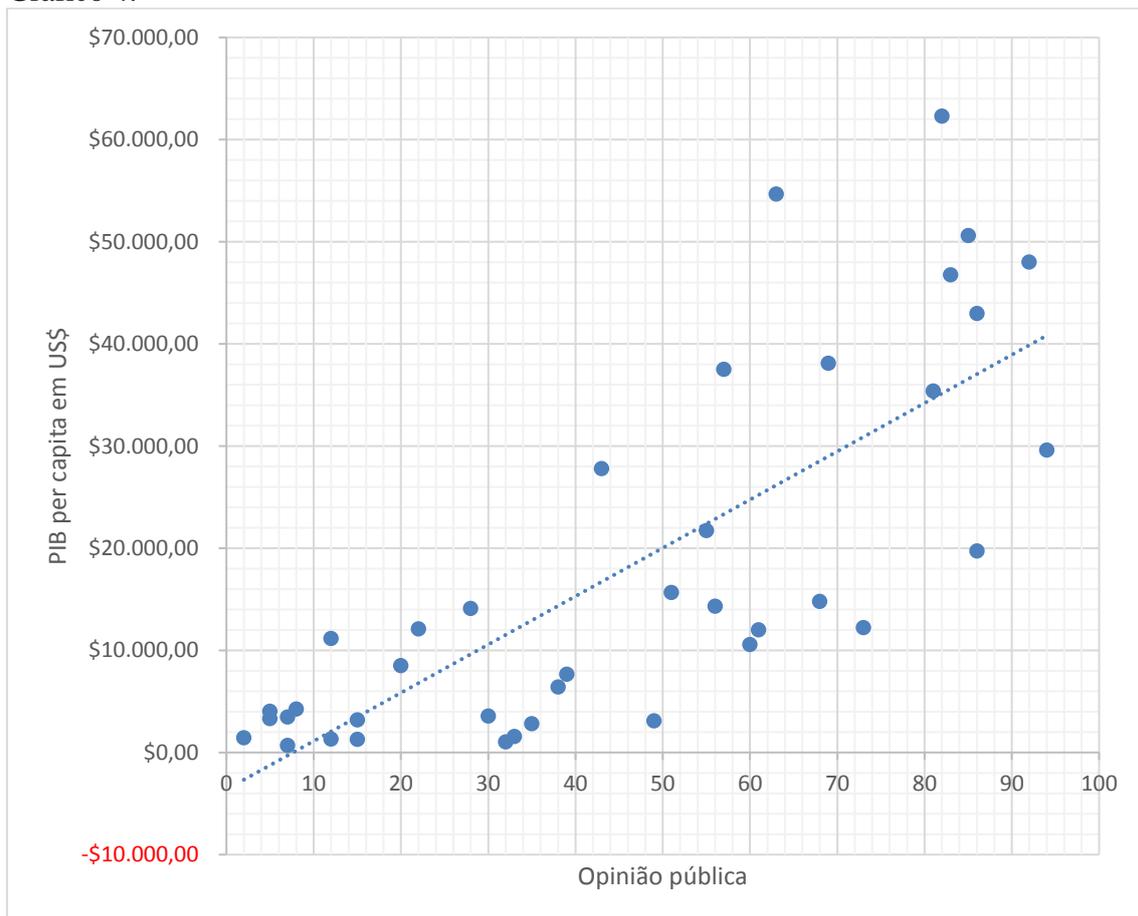
Apesar disso, essa comparação entre Espanha e Gana é mais uma confirmação do argumento apresentado por Kent Patrick *et all* (2012), onde expuseram que regularidade e cotidiano relacionado com a religião esteve associados com maiores níveis de intolerância. Enquanto os espanhóis estão dando cada vez menos importância para a religião, os cidadãos de Gana ainda incorporam as mais antigas tradições como relevantes e vivas até hoje.

PIB per capita em US\$

Coefficiente de correlação $r = 0,754$

Teste do t -estatístico = 8,050

Gráfico 4:



Neste parâmetro temos um dos resultados mais significativos desse estudo. O coeficiente está bem próximo de 1 e a reta do gráfico é positiva e bastante acentuada. Isso demonstra uma clara relação entre renda e tolerância a LGBTs. Com o df já conhecido pelos outros

parâmetros acima, nosso grau de confiança mais uma vez está bem acima do necessário para 99,9%. Portanto, podemos rejeitar a hipótese nula mais uma vez.

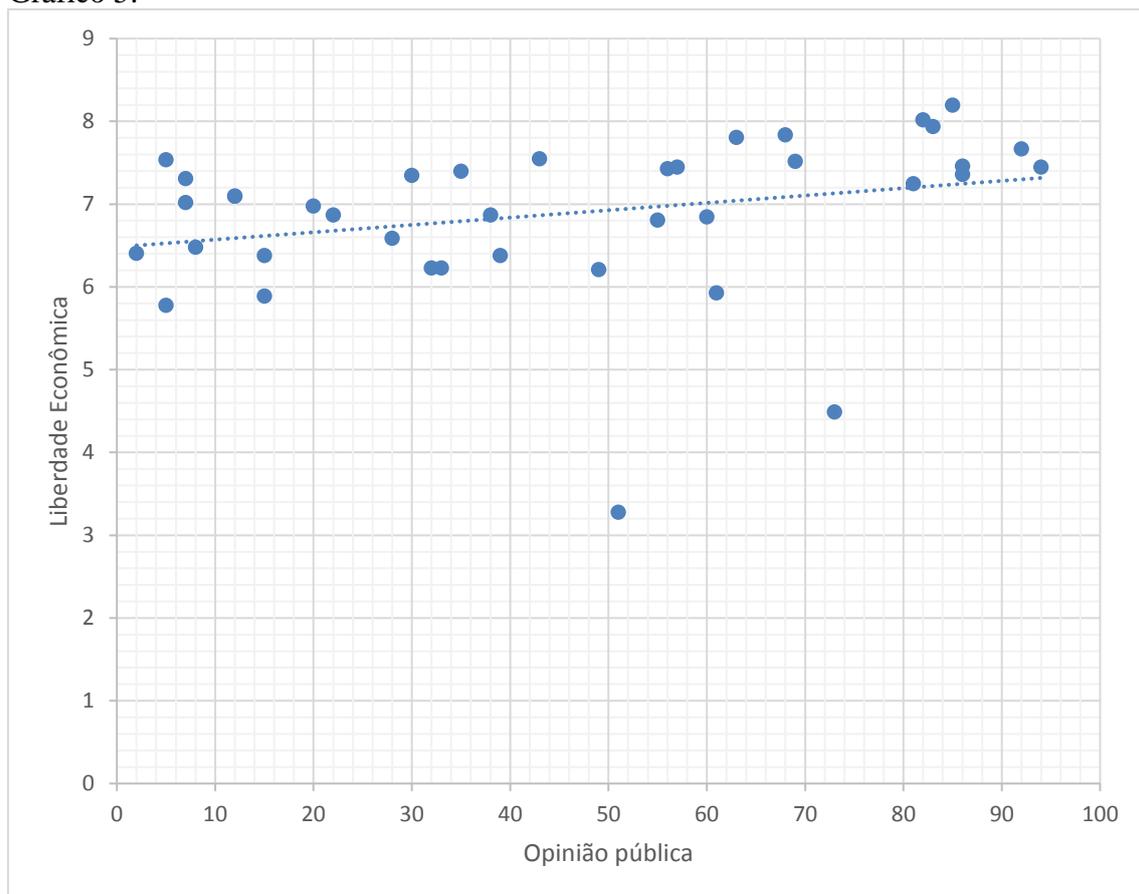
Corrales (2017) havia encontrado essa relação entre os países da América Latina. Como um dos objetivos era investigar esse parâmetro para ver se ainda fazia sentido em um contexto maior, temos fortes indícios que o encontrado por ele pode sim ser entendido em um contexto maior. Além disso, é possível voltar ao estudo de Takács e Szalma (2011), onde afirmaram que países que passam por momentos ruins economicamente tendem a ficar mais preconceituosos. Apesar deste estudo não analisar a evolução dos países quanto a tolerância e suas economias, aponta que este fator pode ultrapassar a realidade europeia e pode ser um dos determinantes para o preconceito e intolerância⁷.

Liberdade Econômica

Coefficiente de correlação $r = 0,265$

Teste do t -estatístico = 3,246

Gráfico 5:



⁷ No estudo, além de intolerância a homossexuais, as autoras também identificaram intolerância a outros grupos minoritários, como imigrantes e refugiados.

Neste parâmetro já podemos ver claras diferenças em relação aos anteriores. O coeficiente está bem próximo de 0 e a reta está pouco inclinada positivamente. Apesar disso, o *t*-teste é novamente bastante elevado, indicando um grau de significância de 99,5%. Com base nisso, rejeitamos a hipótese nula enquanto temos um coeficiente que indica uma fraca associação entre as variáveis.

Portanto, as sugestões teóricas anteriores embasadas no estudo encomendado pela GLAAD (2018) e no estudo de Mestvirishvili *et all* (2016) não são plenamente confirmadas pelos dados da mesma forma que os outros parâmetros. Isso sugere que podem existir outros parâmetros complementares que contribuam para uma convivência de LGBTs com não-LGBTs que – em conjunto – reduziriam a intolerância.

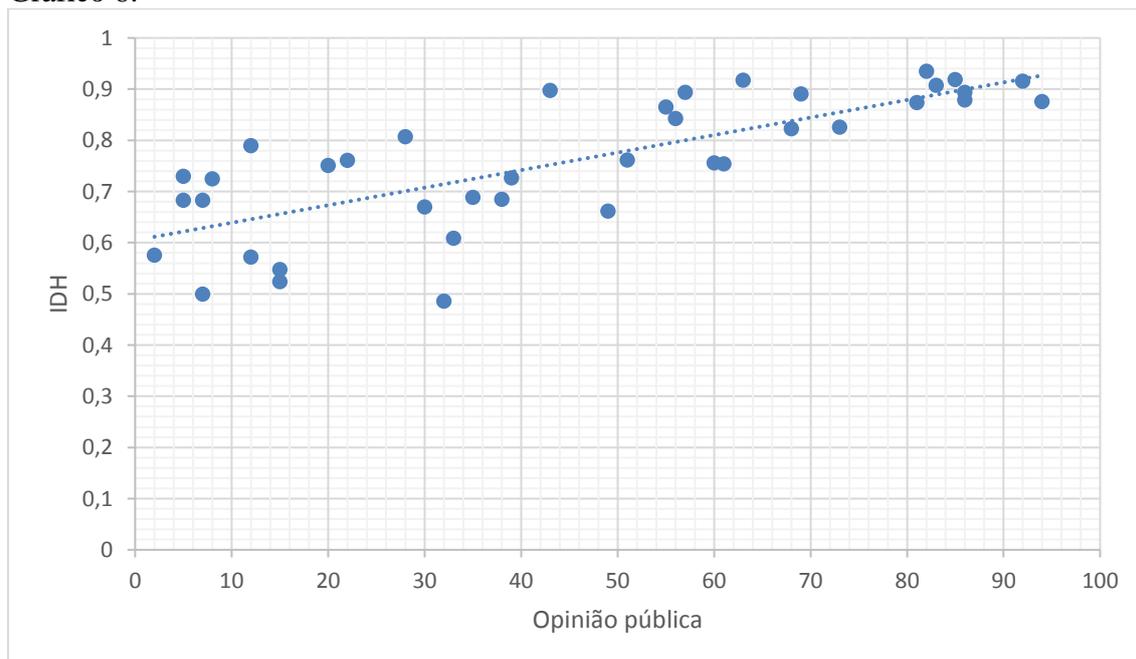
Além disso, apesar do estudo de Danielle MacCartney (2017) apontar a confirmação da tese da escola da Escolha Pública, os dados sugerem que podem existir outros fatores que influenciem o êxito de grupos pró-LGBTs. Em suma, nossos resultados indicam que este parâmetro é significativo, mas são necessários outros parâmetros para compreender o fenômeno por completo. Por fim, não faz sentido lógico uma maior tolerância a LGBTs causar a adoção de medidas liberais na economia.

Índice de Desenvolvimento Humano

Coeficiente de correlação $r = 0,745$

Teste do *t*-estatístico = 7,868

Gráfico 6:



Em um retorno ao padrão dos outros parâmetros, temos um coeficiente também bem próximo a 1 e uma reta positiva bem acentuada. Pelo valor retornado *t*-teste estar bem acima do necessário para o *df* de referência, temos 99,9% de confiança nesse resultado. Isso confirma a hipótese levantada anteriormente de que países com melhores índices também representam uma sociedade mais tolerante e mais favorável a LGBTs. Nesse sentido, a hipótese nula é rejeitada.

Para considerar se a variável dependente – opinião favorável a LGBTs – pode afetar a variável independente – IDH – utilizamos o artigo de Florida *et all* (2008). Nele, os autores investigam o que pode influenciar o desenvolvimento regional pela ótica do capital humano e a classe criativa. Um dos pontos relevantes do estudo deles é como a tolerância afeta todo o desenvolvimento regional. A metodologia deles também é de análise bivariada de hipóteses (2008, pp. 642-643):

“The coefficients between tolerance and human capital and it and the creative class are consistently high and significant. The coefficient between tolerance and human capital is 0.68 in both the wage and income models. It ranges from 0.37 to 0.38 for creative class and super creative occupation in both models. [...] The path coefficient is 0.44 in the model for creative class and income, and 0.46 in the model for super creative occupations and income. In these two models, tolerance is the factor most strongly related to income.”

Os coeficientes entre tolerância e capital humano e entre classe criativa são consistentemente altos e significantes. O coeficiente entre tolerância e capital humano é 0,68 tanto no modelo de salário quanto no de renda. Varia de 0,37 para 0,38 para a classe criativa as ocupações super criativas em ambos os modelos [...] O coeficiente caminho é 0,44 para o modelo de classe criativa e renda e 0,46 para o modelo de ocupações super criativas e renda. Em ambos os modelos, tolerância é o fator mais fortemente associado a renda.” (em tradução livre)

Sendo a renda um dos fatores no qual o IDH é baseado, os resultados encontrados por Florida *et all* (2008) contribuem para a hipótese da opinião favorável a LGBTs causar, pelo menos em parte, níveis elevados de desenvolvimento humano.

Se a união homoafetiva estava legalizada ou não

Teste do t -estatístico = 1,177

Diagrama *boxplot* 1: Países onde a união homoafetiva era legalizada (Y_1).

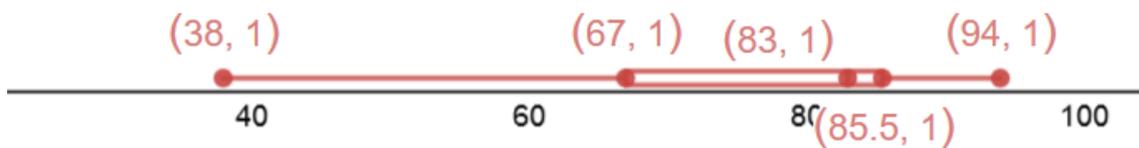


Diagrama *boxplot* 2: Países onde a união homoafetiva não era legalizada (Y_2).



Por este parâmetro utilizar variável independente discreta foi utilizado outro método para analisar a hipótese nula. Precisamos utilizar o valor do t -teste e comparar com a tabela de valores. Com $t = 1,177$, não temos o suficiente nem para 90% de confiança. Dessa forma, não podemos rejeitar a hipótese nula.

Contudo, podemos observar o que os diagramas *boxplot* nos indicam. Do grupo Y_1 , 75% dos casos possuem ao menos 60% de opinião pública favorável a LGBTs. Já o grupo Y_2 – apesar de uma maior dispersão – temos o contrário, com 75% dos casos com opinião pública *abaixo de* 60%. Com isso, podemos observar que a média de tolerância dos sete países que possuíam o respaldo legal em 2014 é comparável ao que foi encontrado por Takács e Szalma (2011) em seu estudo – que países com a dita legalização possuíam maiores níveis de tolerância.

É relevante ressaltar, mais uma vez, que esse estudo é válido para o ano de 2014 – onde diversos países com níveis altos de tolerância ainda não tinham legalizado a união homoafetiva, como é o caso da Alemanha (segundo país na opinião pública). Ou seja, no bloco de todos os países que não tinham respaldo legal para realização de união homoafetiva em 2014, existem países muito tolerantes – como Alemanha e Itália – e países nada tolerantes – como Uganda e Tunísia.

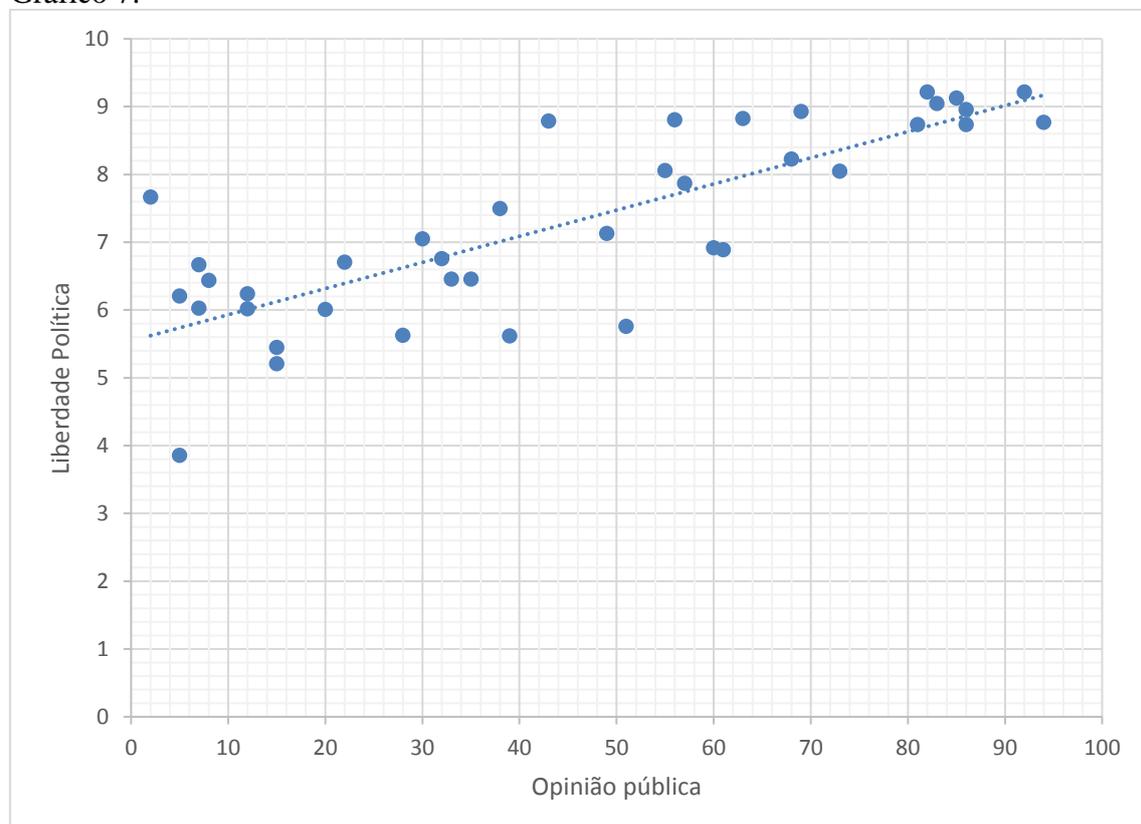
Quanto à pergunta se nossa variável dependente pode causar a variável independente deste parâmetros, podemos voltar ao estudo já abordado de Danielle MacCartney (2017), que comparou as atuações de ativistas e instituições pró-LGBTs na Suécia e na Rússia. Nele, MacCartney aponta que na Suécia, desde 1998, grupos LGBTs conseguiram atuar junto ao Estado com lobby político. A autora releva (2017, pp. 326) que os esforços desses grupos de pressão conseguiram toda a sociedade e, como consequência, os legisladores. Dessa forma, com comprovação factual, maior tolerância a LGBTs causou a implementação da união homoafetiva.

Liberdade Política

Coefficiente de correlação $r = 0,788$

Teste do t -estatístico = 8,781

Gráfico 7:



Para o último parâmetro, temos o melhor resultado entre todos. O coeficiente atingiu 0,788 e a reta é bastante íngreme e positiva, além do *t*-teste pontuar acima de oito. Consequentemente, com mais de 99,9% de confiança, rejeitamos a hipótese nula. Isso está de acordo com o estudo de Mestvirishvili *et all* (2016) onde associa falta de valores liberais na sociedade a maiores níveis de intolerância a homossexuais. Por fim, Yuchtman-Yarr e Alkalay (2007), também está vendo uma confirmação de sua tese de modernização da sociedade com o desenvolvimento de valores liberais.

Analisando se a variável dependente pode causar a variável independente, voltando ao já visto principalmente nos parâmetros Religiosidade e IDH, devemos dizer que sim. O próprio conceito de tolerância a grupos diferentes e a pluralidade de opiniões e pessoas são valores fundamentais do liberalismo. Portanto, um parâmetro que estuda o liberalismo político vai ser influenciado pela opinião das populações sobre aceitar – ou não – que outras pessoas são diferentes e que isso não é moralmente condenável.

Para além disso, é preciso notar que esse parâmetro pode conter dados de outros fatores já abordados no estudo – como Religiosidade e IDH. Algumas possíveis explicações para isso estão na própria metodologia de Ian Vásquez & Tanja Porčnik (2018).

No estudo deles, o parâmetro 2E de sua metodologia possui categoria própria sobre liberdade para pessoas em relacionamentos homoafetivos⁸:

“2Eiii. Same-Sex Relationships

2Eiii(a). Male-to-Male Relationships

This subcomponent is based on the International Lesbian and Gay Association’s Sexual Orientation Laws Dataset on male-to-male relationships. A rating of 10 was assigned to countries where male-to-male relationships are legal. A rating of 5 was assigned to countries where male-to-male relationships are legal only in some areas of the country. A rating of 0 was assigned to countries where male-to-male relationships are illegal. Source: International Lesbian and Gay Association, Sexual Orientation Laws Dataset.

2Eiii(b). Female-to-Female Relationships

This subcomponent is based on the International Lesbian and Gay Association’s Sexual Orientation Laws Dataset on female-to-female relationships. A rating of 10 was assigned to

⁸ O estudo também é bastante avançado por também tratar de violência doméstica e abuso sofrido por mulheres.

countries where female-to-female relationships are legal. A rating of 5 was assigned to countries where female-to-female relationships are legal only in some areas of the country. A rating of 0 was assigned to countries where female-to-female relationships are illegal. Source: International Lesbian and Gay Association, Sexual Orientation Laws Dataset.”

2Eiii. Relações homoafetivas

2Eiii(a). Relacionamentos Homem com Homem

Este subcomponente é baseado com a base de dados de Leis de Orientação Sexual da Associação Internacional de Lésbicas e Gays. Uma pontuação de 10 foi assimilada para países onde relacionamentos Homem com Homem eram legalmente aceitos. Uma pontuação de 5 foi assimilada para países onde relacionamentos Homem com Homem eram legalmente aceitos apenas em algumas partes do país. Uma pontuação de 0 foi assimilada para países onde relacionamentos Homem com Homem eram ilegais. Fonte: Base de Dados sobre Leis de Orientação Sexual da Associação Internacional de Lésbicas e Gays.

2Eiii(a). Relacionamentos Mulher com Mulher

Este subcomponente é baseado com a base de dados de Leis de Orientação Sexual da Associação Internacional de Lésbicas e Gays. Uma pontuação de 10 foi assimilada para países onde relacionamentos Mulher com Mulher eram legalmente aceitos. Uma pontuação de 5 foi assimilada para países onde relacionamentos Mulher com Mulher eram legalmente aceitos apenas em algumas partes do país. Uma pontuação de 0 foi assimilada para países onde relacionamentos Mulher com Mulher eram ilegais. Fonte: Base de Dados sobre Leis de Orientação Sexual da Associação Internacional de Lésbicas e Gays. (em tradução livre)

Portanto, aspectos observados no parâmetro de se a união estava legalizada ou não também é observado nesse parâmetro. Também é relevante destacar que o relatório dos autores também leva em conta princípios do liberalismo com forte relação a associação e renda (2018, pp. 382):

2Ci. Freedom of Association [...]

2Cii. Freedom of Assembly [...]

2Ciii. Establishing and Operating Organizations [...]

2Ci. Liberdade de Associação [...]

2Cii. Liberdade de se reunir [...]

2Ciii. Estabelecendo e Operando Organizações [...] (em tradução livre)

De acordo com o relatório do Banco Mundial *Doing Business*, instituições privadas estabelecidas livremente e sem coerção estatal são fundamentais para o florescimento de investimentos e desenvolvimento de mercados (2018, pp. V). Desse modo, é razoável propor que sociedades mais desenvolvidas economicamente possuem respaldos do liberalismo econômico.

Tudo isso considerado, percebe-se que este último parâmetro possui fatores dentro de sua metodologia que estão entrelaçados em diversos outros parâmetros abordados anteriormente.

Comentários sobre a análise dos dados

O estudo que se tinha como base, das pesquisadoras Takács e Szalma (2011), foi confirmado. A parte interessante disso é que elas apenas analisaram o contexto Europeu. Como os dados do *Pew Research* (2014) atingem todas as partes do mundo, o parâmetro é replicável e continua fazendo sentido.

O que causou surpresa ao comparar as análises foi que um dos fatores mais relevantes das pesquisadoras – a legalidade da união homoafetiva – foi o que menos pontuou no estudo. Outra surpresa também foi a do PIB per capita que, apesar da renda ter sido citada por Takács e Szalma (2011), Corrales (2017) e Florida *et all* (2008), não foi um parâmetro tão elaborado na base teórica. De todo modo, um dos objetivos da pesquisa – que era verificar se o estudo de Corrales sobre a América Latina poderia ser levado para um escopo maior – foi alcançado.

Para além disso, sugere-se que estudos posteriores não negligenciem o efeito que o parâmetro de Liberdade Política do Instituto Fraser possui para democracias liberais. É recomendável, sobretudo, para análises multivariadas contendo esse parâmetro e outros – como Religiosidade – se é formado um *bias* para alguns fatores do parâmetro. Um possível descuido nesse sentido poderia comprometer a validade dos resultados. Portanto,

recomenda-se principalmente a análise cuidadosa da metodologia empregada pelo Instituto Fraser, destrinchando e verificando o que pode nos ajudar a entender as democracias liberais e suas liberdades.

Além disso, estudos posteriores não podem deixar de levar a renda em consideração. Conforme apontado em Takács e Szalma (2011), rendas mais baixas estão realmente associadas a maiores níveis de intolerância. Florida *et all* (2008) também chegaram a mesma conclusão e Corrales (2017) já havia provado isso empiricamente para a América Latina. Apesar dos resultados positivos para a confirmação desses autores, este estudo está limitado a um ponto no tempo e não leva em conta a evolução da tolerância a LGBTs – algo extremamente trabalhado no estudo de Takács e Szalma. Para as próximas pesquisas, então, sugere-se que renda seja levada em consideração ao longo do tempo – principalmente para verificar as flutuações tanto da renda quanto da opinião pública.

Finalmente, com base nos resultados obtidos para o parâmetro Liberdade Econômica, não se recomenda o seu uso única exclusivamente para compreender a opinião pública desfavorável a LGBTs. Com o coeficiente tão próximo de 0, seria irresponsável argumentar que este parâmetro é determinante para opinião pública favorável a LGBTs – sendo apenas uma associação fraca. De fato, os dados mostram a Jordânia, com apenas 5% favorável a LGBTs, mas com pontuação de 7,54 para Liberdade econômica – bem acima da Argentina, com pontuação de apenas 4,49, enquanto opinião pública de 73%. O Egito, que também contava com 5% de opinião pública favorável, pontuou apenas 5,78 para Liberdade Econômica.

Com a contribuição da Escola da Escolha Pública, no entanto, compreende-se que o liberalismo econômico pode servir de ferramenta para grupos de pressão pró-LGBTs para avançar pautas na sociedade e no Estado. Uma das conclusões de MacCartney (2017, pp. 328) aponta que o Estado tem um peso enorme em como LGBTs são vistos pela sociedade:

“Taking LGBT rights seriously and acknowledging sexual orientation as a social category worthy of identification and protection may lead to higher reported incidents of victimization. Dismissing LGBT status as insignificant, especially when combined with legislation marking LGBT people as a challenge to the social and moral order, appears to lead to more severe victimization, although victimization rates appear lower. In both cases, a state’s approach to LGBT rights creates a cultural milieu that either encourages feelings and experiences of safety and security, or creates an

environment that condones discriminatory treatment. In fact, when LGBT victimization is implicitly condoned by the state, victimization appears particularly brutal.”

“Levando direitos LGBT à sério e reconhecendo orientação sexual como uma categoria social merecedora de identificação e proteção podem levar a índices mais elevados de violência. Rebaixar o status de LGBT a insignificante, especialmente em conjunto com a legislação discriminando a população LGBT como desafiadora à ordem social e moral, está relacionado a casos mais graves de violência, apesar da taxa de violência ser parecer menor. Em ambos os casos, a abordagem do Estado para direitos LGBTs cria um espaço social que ou encoraja sentimentos e experiências de segurança ou cria um ambiente que favorece tratamento discriminatório. Na verdade, quando a violência a LGBTs é implicitamente favorecida pelo Estado, a violência é particularmente brutal.”
(em tradução livre)

Dessa forma, fica claro que os grupos de pressão pró-LGBTs precisam atuar diretamente no Estado, de modo a garantir políticas públicas e tratamento tolerante e não discriminatório. Isso se encaixa perfeitamente na Escola da Escolha Pública, principalmente com a contribuição de Farber (2017), onde diz que esses grupos pró-LGBTs dependem da sua capacidade de influência no Estado para conseguirem avanços reais.

O poder econômico, central para a influência política pela tese de Buchanan e Tullock (1962) da Escola da Escolha Pública, por sua vez, é mais acessível a todas as camadas da populações e grupos sociais quão mais alto for o índice de Liberdade Econômica. De fato, Hall e Lawson (2013), em uma análise sobre o referido índice com 198 artigos da literatura, encontraram que: “Over two thirds of the studies, 134 out of 198, found economic freedom corresponding to a ‘good’ outcome such as faster growth, better living standards, more happiness”. (“Mais de dois terços dos estudos, 134 de 198, encontraram que a Liberdade Econômica está associada a um ‘bom’ resultado tal como maior crescimento [econômico], melhores padrões de vida, maior felicidade”, em tradução livre).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de algumas frustrações quanto às teorias argumentadas, grande parte dos resultados empíricos foram muito favoráveis, inclusive confirmado os estudos originais pelos quais esse se baseou: Kent Patrick *et all* (2012) e Takács e Szalma (2011). Além deles, a análise de PIB per capita para a América Latina de Corrales (2017) se confirmou para um contexto extremamente maior e diverso.

É necessário lembrar, contudo, das limitações desse estudo:

- Apesar de um parâmetro bom para intolerância a LGBTs, o estudo do *Pew Research* apenas considera a homossexualidade e se ela é moralmente inaceitável ou não. A temática da sexualidade e homofobia é maior do que isso e não se pode negligenciar o assunto;
- O estudo é com dados de 2014. Em quatro anos muita coisa mudou, principalmente nos parâmetros analisados. Embora os resultados sejam interessantes, eles estão desatualizados e não demonstram os recentes avanços para os LGBTs no mundo;
- O parâmetro da legalidade é, no mínimo, problemático. Como já mencionado diversas vezes, não está indicado o avanço progressivo que os grupos de pressão pró-LGBTs tem conseguido nas últimas décadas. Pior ainda, não considera qual foi o êxito desses grupos frente à política de cada sociedade. A partir do estudo de Danielle MacCartney (2017), podemos entender um pouco como essa dinâmica pode ter resultados completamente diversos. Além disso, não se considera Estados com sistema federativos que já haviam aprovado a união em alguns dos seus estados⁹. Por fim, seus resultados empíricos foram os piores em comparação com os outros parâmetros desse estudo.

⁹ Nos Estados Unidos, com o pioneirismo de Massachusetts pelo caso *Goodridge v. Department of Public Health* (798 N.E.2d 941, Massachusetts Supreme Judicial Court – 2003), onde pela primeira vez uma corte suprema estadual reconheceu a união homoafetiva, 34 estados e o Distrito de Columbia já haviam legalizado a união homoafetiva no país. Em 2015 (e portanto fora do escopo desse estudo), a Corte Suprema dos Estados Unidos reconheceu a união homoafetiva no país todo, pelo caso *Obergefell v. Hodges* (576 U.S. ___, 2015).

Em conclusão, podemos eleger três sugestões e soluções para guiar não só o desenvolvimento de novas pesquisas sobre essa temática, como também para políticas públicas para grupos pró-LGBTs ao redor do mundo:

- O trabalho produzido pelo Instituto Fraser sobre Liberdade Política¹⁰, publicado anualmente, representa uma importante ferramenta para as ciências sociais e não deve ser negligenciado para os estudos que procurem levantar questões principalmente sobre democracias liberais – como é o caso do Brasil. Apesar disso, deve-se prosseguir com cautela;
- O princípio da legalidade de pautas LGBTs serem determinantes para o aumento da tolerância com LGBTs foi levantado principalmente por Takács e Szalma (2011) e confirmado aqui com ressalvas. É extremamente recomendado a grupos de pressão e organizações da sociedade civil em geral que apoiem causas pró-LGBTs o empenho em fazer suas pautas passarem para o conjunto legal dos países em que estão inseridos. Com base nos resultados obtidos empiricamente, 75% dos países que tinham previsões legais para casamento homoafetivo em todo o território nacional tinham opinião pública muito favorável a LGBTs (opinião pública maior que 60%). Para tanto, é recomendável pautar-se pela escola da Escolha Pública, uma vez que tanto o estudo de Danielle MacCartney (2017) e quanto o de Daniel Farber (2018) possuem conclusões congruentes com essa teoria. No entanto, cautelas são necessárias para refinar os dados¹¹;
- Por fim, é recomendável que estudos que tentem replicar a temática deste devem estar atentos para os parâmetros Renda e Liberdade Política¹², a fim de buscarem uma melhor associação com o fenômeno estudado – para, assim, atingirem melhor seu propósito. Deve-se, ademais, utilizar o parâmetro Liberdade

¹⁰ Ambos os abordados neste estudo, conforme exposto, são excelentes, mas o Relatório sobre Liberdade Econômica no Mundo não pode ser utilizado isoladamente para discussão de problemas sociais não diretamente relacionados com a econômica, como é o caso da homofobia.

¹¹ Conforme foi pontuado anteriormente, as limitações deste estudo podem ter prejudicado o baixo desempenho desse parâmetro. Com os resultados de Takács e Szalma e a comparação dos gráficos *boxplot* podemos até traçar análises interessantes, mas os dados que tínhamos – e como os utilizamos – não demonstraram grande valor estatístico pela análise de hipótese multivariada por diferença de médias. Desse modo, não sugerimos que esse parâmetro deixe de ser utilizado, mas que o seja com cautela.

¹² Havíamos comentado que alguns parâmetros estariam inseridos no parâmetro de Liberdade Política. Este não é o caso do PIB per capita em US\$ e, como foram os dois parâmetros mais interessantes que analisamos, recomendamos para os estudos futuros uma análise mais profunda de como ambos os parâmetros podem se somar em uma eventual análise multivariada para que o fenômeno social estudado aqui seja melhor compreendido.

Econômica com cautela – não sendo o único parâmetro e utilizado em associação a outros parâmetros.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/ny.gdp.pcap.cd?end=2014&start=2014&view=chart&year_low_desc=false>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BBC. **Germany gay marriage: couple are first to marry under new law**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-41460032>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BUCHANAN, James; TULLOCK, Gordon. **The Calculus of Consent: The Logical Foundations of Constitutional Democracy**. Edição. Michigan: University of Michigan Press, 1962

CORRALES, Javier. Understanding the uneven spread of LGBT rights in Latin America and the Caribbean, 1999-2013. **Journal of Research in Gender Studies**, v. 7, n. 1, p. 52, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22381/jrgs7120172>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CORREIO BRAZILIENSE. **Em 2018, 153 pessoas LGBTI já foram mortas no Brasil vítimas de preconceito**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/17/interna-brasil,681236/em-2018-153-pessoas-lgbti-foram-mortas-no-brasil-vitimas-de-preconceito.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FARBER, Daniel A. Public Choice Theory and legal institutions. **Oxford handbook of Law and Economics**, Oxford university press, v. 1, n. 1. 2017.

FLORIDA, R.; MELLANDER, Charlotta; STOLARICK, Kevin. Inside the black box of Regional Development – Human Capital, the Creative Class and Tolerance. **Journal of Economic Geography**, v. 8, n. 5, p. 615-649, 2008.

GLAAD. **Accelerating Acceptance 2018: Executive Summary**. Disponível em: <<http://www.glaad.org/files/aa/accelerating%20acceptance%202018.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

GWARTNEY, James; LAWSON, Robert; HALL, Joshua. **Economic Freedom of the World: 2016 Annual Report**. 1 ed. [S.L.]: Fraser Institute, 2016.

THE GUARDIAN. **Marriage equality law passes Australia's parliament in landslide vote.** Disponível em: <<https://www.theguardian.com/australia-news/2017/dec/07/marriage-equality-law-passes-australias-parliament-in-landslide-vote>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

HALL, J. C.; LAWSON, R. A.. Economic Freedom of the World: An Accounting of the Literature. **Contemporary Economic Policy**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 1-19, jan. 2014.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O Federalista**: Capítulos 9, 10, 51 e 57. 1 ed. Belo Horizonte: Livraria Líder Ltda, 2003.

JOHNSON, M. E.; BREMS, C.; ALFORD-KEATING, P.. Personality Correlates of Homophobia. **Journal of Homosexuality**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 57-69, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1300/j082v34n01_05>. Acesso em: 19 nov. 2018.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D.. **The Fundamentals of Political Science Research**. Edição. Nova York: Cambridge University Press, 1968.

OLSON, Laura R.; CADGE, Wendy; HARRISON, James T.. Religion and Public Opinion about Same-Sex Marriage. **Social Science Quarterly**, [S.L.], v. 87, n. 2, p. 611-619, 2006.

LAX, Jeffrey R.; PHILLIPS, Justin H.. Gay Rights in the States: Public Opinion and Policy Responsiveness. **American Political Science Review**, [S.L.], v. 103, n. 3, p. 367-386, ago. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/s0003055409990050>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**: Capítulos II, III, V, IX, XI e XV. 5 ed. São Paulo: Vozes, 2006.

MACCARTNEY, Danielle. Monitoring the World Society: LGBT Human Rights in Russia and Sweden. **Gender Panic, Gender Policy**, [S.L.], p. 309-332, out. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/s1529-212620170000024017>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MERINO, S. M.. Contact with gays and lesbians and same-sex marriage support: the moderating role of social context. **Social Science Research**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 1156-

1166, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2013.02.004>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MESTVIRISHVILI, M. et al. Contact with gays and lesbians and same-sex marriage support: the moderating role of social context. **Journal of Homosexuality**, [S.L.] v. 64, n. 9, p. 1253-1282, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1244445>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

PATRICK, K. et al. Demographic predictors of consistency and change in heterosexuals' attitudes toward homosexual behavior over a two-year period, . **The Journal of Sex Research**, [S.L.], v. 50, n. 6, p. 611-619, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00224499.2012.657263> >. Acesso em: 19 nov. 2018.

PEW RESEARCH. **Global Views on Morality**. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2014/04/15/global-morality/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

IDEM. **Religious diversity index (rdi)**. Disponível em: <<http://www.pewforum.org/2014/04/04/religious-diversity-index-scores-by-country/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Base de dados**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

O GLOBO. **Pai e filho são confundidos com casal gay e agredidos por grupo em São João da Boa Vista, SP**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pai-filho-sao-confundidos-com-casal-gay-agredidos-por-grupo-em-sao-joao-da-boa-vista-sp-2714592>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SABATINI, R.. **Torquemada and the Spanish Inquisition: A History**. Londres: Santley Paul & Co, 2016.

STEWART, C.. The sexuality bind: same-sex marriage and structures of homophobic violence. **Journal of Social Theory**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 236-254, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1600910x.2017.1371049>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

STULHOFER; RIMAC, . Determinants of homonegativity in Europe. **Journal of Sex Research**, [S.L.], v. 46, n. 1, p. 24-32, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00224490802398373>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

TAKÁCS, Judit; SZALMA, Ivett. Homophobia and same-sex partnership legislation in europe", . **Equality, Diversity and Inclusion: an International Journal**, [S.L.], v. 30, n. 5, p. 356-378, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1300/j082v34n01_05>. Acesso em: 19 nov. 2018.

VÁSQUEZ, Ian; PORČNIK, Tanja. **The Human Freedom Index**. 1 ed. Estados Unidos da América: Cato Institute, Fraser Institute e Friedrich Naumann Foundation for Freedom, 2018.

YUCHTMAN-YARR, E.; ALKALAY, Y.. Religious zones, economic development and modern value orientations: individual versus contextual effects. **Social Science Research**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 789-807, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2006.06.004>>. Acesso em: 19 nov. 2018.